

DECLARAÇÃO DE BELÉM

SOBRE ATENÇÃO À MIGRAÇÃO FEMININA ENTRE BRASIL E SURINAME

Os homens e mulheres representantes das organizações da sociedade civil e das secretarias e ministérios brasileiros e surinameses, abaixo identificados, reunidos no Encontro Binacional: **“Diálogos sobre a atenção à Migração Feminina entre Brasil e Suriname”**, realizado nos dias 14 e 15 de maio de 2009, na cidade de Belém do Pará, no Brasil, afirmam a importância da cooperação entre os dois países para garantir a melhoria da situação dos migrantes, especialmente das mulheres, em ambos os países.

Considerando que Brasil e Suriname ratificaram a declaração dos Direitos Humanos e o protocolo adicional à Convenção de Palermo sobre o Crime Organizado Transnacional;

Considerando que Brasil e Suriname são signatários da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher;

Considerando que ninguém deve ser discriminado por sua raça, sexo, trabalho, profissão, origem, nacionalidade ou orientação sexual;

Considerando que Brasil e Suriname são Estados amazônicos e membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) e países vizinhos que mantêm estreitas relações comerciais, culturais e econômicas entre si;

Considerando que ambos os países trazem na sua história o movimento migratório como um dos pilares de constituição de sua identidade;

Considerando que há uma presença marcante de brasileiros e de brasileiras no território surinamês;

Considerando que as mulheres formam atualmente a maioria da população migrante na América do Sul;

Considerando que mulheres sofrem nos seus países de origem e nos países de destino para os quais migram violências múltiplas de gênero;

Considerando que migrantes formaram historicamente e nos dias de hoje parcela importante da força de trabalho e de inovações em diversos países, incluindo o Brasil e o Suriname;

Considerando que a falta de proteção e assistência às mulheres migrantes as tornam alvos fáceis de exploração no âmbito doméstico e do trabalho,

Considerando a vulnerabilidade das mulheres brasileiras nos clubes de prostituição, nos garimpos, na prostituição de rua ou nos clubes clandestinos no Suriname,

Recomendamos:

A criação de um subgrupo de trabalho para tratar das questões de gênero no âmbito do grupo de trabalho bilateral sobre migração Brasil-Suriname;

A identificação e a articulação das redes governamentais e não-governamentais locais de atendimento às mulheres migrantes no Brasil e no Suriname, incluindo as Embaixadas, com objetivo de construir um fluxo efetivo de apoio;

A realização de uma qualificação constante voltada para o atendimento integral ao público, humanizando os serviços oferecidos, sobretudo nas áreas de Saúde, Assistência Social e Educação;

A garantia de recursos para a execução de ações para a implantação do Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, com enfoque no tráfico de pessoas e na migração;

Articular as ações e debates entre as organizações e movimentos de mulheres e direitos humanos do Suriname e do Brasil, especialmente da Amazônia;

Qualificar as mulheres retornadas do Suriname para atuarem como promotoras de Direitos na sua rede de contatos;

Que o Estado não dependa somente de informações apresentadas pelas próprias vítimas e suas famílias, por meio de denúncia, para buscar conhecer melhor o fenômeno do tráfico de pessoas nessa rota;

Estimular a procura da rede de serviços estatais por parte das mulheres migrantes e de seus familiares por meio da divulgação de informações sobre os serviços disponíveis e qual a atuação que se pode esperar de cada um deles;

Identificar formas adequadas de levantamento de dados;

A sensibilização e qualificação permanente dos servidores públicos, em especial dos profissionais de saúde, incluindo agentes comunitários de saúde no Brasil e Suriname para realizarem uma abordagem baseada nos direitos humanos, objetivando uma melhor percepção da realidade da mulher migrante e atendimento a essa população;

A capacitação dos profissionais de saúde do Suriname atuando no garimpo para uma abordagem multidisciplinar que facilite a disseminação de informações de interesse das migrantes (direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos e outros).

Ações de enfrentamento ao estigma e preconceito institucional com relação a esse público:

Promover a articulação entre a Embaixada Brasileira e o Ministério da Justiça no Suriname;

Avaliar o programa de repatriação do MRE com vistas a verificar se existe a necessidade de adaptá-lo para atender melhor às demandas apresentadas pelas mulheres migrantes em situação de vulnerabilidade/exploração com relação tanto ao seu retorno ao Brasil, quanto ao preenchimento de suas necessidades imediatas;

Que a Embaixada brasileira no Suriname promova a aproximação dos serviços de assistência de ONGs daquele país com a comunidade de brasileiros residentes;

Estimular a criação de espaços de referência para as brasileiras migrantes no Suriname e no Brasil, buscando como inspiração experiências dos dois países;

Estimular o fortalecimento da organização de migrantes brasileiros no Suriname;

Enfatizar nas campanhas o enfoque da prevenção à violação dos direitos humanos das migrantes, com foco na conscientização sobre os seus direitos;

A adequação dos materiais de comunicação às especificidades da população alvo (idioma);

Apoiar estratégias de comunicação comunitária;

Difusão entre a comunidade de migrantes brasileiras das informações sobre o papel das Embaixadas e dos Consulados;

Inserir nas estratégias de desenvolvimento regional o enfoque de gênero com programas de geração de renda, criando oportunidades de inserção digna no mercado de trabalho para as mulheres;

Promover parcerias e programas de qualificação profissional, geração de renda e micro-crédito para as migrantes, ao retornarem à sua origem;

Ampliar o olhar da saúde sobre a mulher migrante, com capacidade para identificar situações de exploração não apenas no contexto do trabalho sexual, mas em todas as outras áreas de inserção profissional;

Desenvolver ações de assistência aos filhos das mulheres migrantes que permaneceram no Brasil;

Incentivar a participação dos próprios migrantes como sujeitos na luta de seus próprios direitos;

Promover encontros e troca de informações entre forças policiais do Brasil e do Suriname;

Sensibilizar a população sobre o papel dos órgãos de segurança pública na promoção e defesa dos direitos humanos;

Esta declaração será encaminhada para os Governos do Brasil e do Suriname para adaptação, adoção e implementação das recomendações. No prazo de um ano, um novo encontro poderá ser organizado para a avaliação de avanços, dificuldades e sugestões para políticas e ações voltadas para tema.

Belém, 15 de maio de 2009

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS DO BRASIL

José Mauro De Almeida - Advocacia geral da união
Jureuda Duarte Guerra - Centro Maria do Pará
Oswaldo Ungareth - CMDO 8ª PM 8ªDE
Graziella Martins 1ª Tenente - CMDO 8ª PM 8ªDE
Elizete Veiga - Conselho Estadual de Direitos da Mulher
Maria De Nazaré A. Sales - Defensoria Pública da mulher
Rômulo Neves - Embaixada do Brasil no Suriname
Maria Do S. Queiroz - HEMOPA
Amélia Paula Freitas - infraero
Francisco Ferreira Alencar Junior - Infraero Belém
Paulo Roberto Pereira Da Costa - Infraero Belém
Tiziane Viana - Infraero Belém
Washington Santana Da Silva - Infraero Belém
Izaura Miranda - Ministério da Justiça
Liliana Pitaluga - Ministério da saúde / Diretoria do Programa Nacional de
DST e AIDS
Liliane Ribeiro - Ministério da saúde / Unidade de Prevenção saúde da
mulher
Renata Weller - Ministério da saúde / Saúde mental
Kátia Maria Borges Fidalgo - Ministério das cidades
Larissa Lacombe - Ministério de Relações do Exterior
Paulo Sérgio Almeida - Ministério do Trabalho
Elaine Carvalho Castelo Branco - Ministério Público do Estado do Pará
Procurador Bruno V. - Ministério Público Federal
Socorro Maciel - Polícia Civil /Data
Ana Regina Andrade - Polícia Civil – Delegacia da Mulher
Indira Fernandes Ferreira Gomes - Polícia Civil – Delegacia da Mulher
Andre Lavor - Policia Federal (Pará)
Maurício Castelo Branco - Polícia Federal (Pará)
José Carlos Santana - Polícia Federal (Pará)
André Luiz Char Barros - Polícia Federal (Pará)
Odilene Andrade - Posto de Orientação Viajantes Internacionais
Robson Bouth - Receita federal
Mary Alves Ferreira - Secretaria de Saúde do Pará
Mª De Fátima Da Silva - Secretaria Estadual de Assistência
Maria Rosete Cardoso - Secretaria Municipal de Assistência – Funpapa
Ana Maria Rodrigues - Secretaria municipal de assistência de Abaetetuba
Abigail A. Silva – Secretaria estadual da educação / SEDUC
Ligia Maria Alves - SEDUC
Maria De Nazaré Serrão - SEDUC
José Roberto Da Costa Martins – Secretaria Estadual de Justiça e Direitos
Humanos / SEJUDH
Rodrigo Sávio -SEJUDH
Consuelo Couto Da Silva - SEJUDH
Luiz Romano M. A. - SEJUDH
Antônia Ferreira - SEJUDH
Janaína Ali - SEJUDH
Maria Da Conceição Carvalho - SEJUDH
Katarine Mota Pereira - SEJUDH
Amanda Cardoso - SEJUDH

Bernadete Barroso - SEJUDH IMPRENSA

Jorge De Lima - SEJUDH/PA - Coordenadoria da Mulher

Márcia Andréia - SEJUDH/PA - Coordenadoria da Mulher

Maria De Nazaré - SEJUDH/PA - Coordenadoria da Mulher

Letícia Palheta - SEJUDH/PA - Coordenadoria da Mulher

Palheta Pires Coelho - SEJUDH/PA – Coordenadoria da Mulher

Silvana Maria - SEJUDH/PA – Coordenadoria da Mulher

Telma Maria Medeiros De Lima - SEJUDH/PA – Coordenadoria da Mulher

Anaíse Patrícia Silva Nascimento - SEJUDH/PA - Coordenadoria de Tráfico
de Pessoas

Miguel Biz - SEJUDH/PA - Coordenadoria de Tráfico de Pessoas

Adriane Coelho Da Costa - SEJUDH/PAIR

Lia Cristina Santos Da Silva - SEJUDH/PAIR

Liliane Lameira Pimentel – Secretaria Estadual da Saúde – SESPA /Saúde
Mental do Pará

Patrícia Alessandra Costa – SESPA - DST/AIDS do Pará

Ana Tereza Iamarino – Secretaria especial de políticas para mulheres /
SPM

Aparecida Gonçalves - SPM

Eunice Léa De Moraes - SPM

REPRESENTANTES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Mariëlle Van Miltenburg - Embaixada da Holanda no Brasil

Adriana Maia - UNODC

Cíntia Freitas - UNODC

Nara Santos - UNODC

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS DO SURINAME

Ruth Mangroe - Ministerie van Volksgezondheid / Ministério de Saúde

Willem Ford – Douane – Polícia Federal

REPRESENTAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAIS DO SURINAME

Carla Bakboord - Equality & Equity for Gender&Social Development

Julia Terborg - Prohealth

Nadia Van Dijk-Plet - Nationale vrouwenbeweging / Movimento Nacional de
Mulheres

Maalti Mohammed Ashim - Foundation Stop Violence Against Women

Mildred Aloina - Stichting Maxi Linder

REPRESENTAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAIS DO BRASIL

Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo - Asbrad

Wendy Villalobos - CAMI

Maria Jaqueline de Souza Leite - Chame

Ana Claudia Aguiar Mendes - Coletivo Leila Diniz

Maria das Graças de F. Costa – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Tania Rocio Bernuy - Espacio sem Fronteiras

Nilde Souza - FMAP – Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense /

Felipe Penna de carvalho - GEMPAC

Edileusa Pena - Grupo de Mulheres Brasileiras / GMB

Josylene do Socorro Tavares – GMB

Odete Helena de Queiroz – Momepe

Rosa Correa – Movimento Nacional de Direitos Humanos

Patricia Bonilha - Rede Brasil

Marina Novaes – Serviço para Mulheres Marginalizadas

Eliceli Abdoral - Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos - SDDH

Izabeth Ferreira Diniz - Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos -
SDDH

Sergio Guedes Martins - Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos -
SDDH

Andreza Smith - Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia /
Sodireitos

Danielle Figueiredo - Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na
Amazônia / Sodireitos

Lucia Isabel - Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia /
Sodireitos

Marcel Hazeu – Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia /
Sodireitos

Rejane Pimentel – Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia
/ Sodireitos

Nanco van Buuren – Projeto Trama